

Forças Armadas e Política: a importância da origem social e do processo de socialização militar na tomada de decisões políticas¹

Denise Felipe Ribeiro

Fazendo a leitura de autobiografias e livros de memórias produzidos por militares, assim como de seus depoimentos prestados a jornalistas e cientistas sociais, não raro podemos encontrar referências à importância que tais personagens atribuem às relações pessoais estabelecidas no seio da corporação – não só aos laços de coleguismo como às rivalidades. Muitas vezes tais sentimentos têm sua origem no banco dos colégios militares e se perpetuam por toda a vida, algumas vezes se manifestando no momento da tomada de uma determinada posição política.

Mas, e para os estudiosos do assunto, quais são os fatores que podem influenciar o posicionamento político dos militares? Qual a influência das características próprias da instituição militar nas práticas políticas desse grupo social? As relações pessoais construídas na caserna teriam alguma relevância nesses processos? É com indagações como estas que estaremos revendo, em trabalhos clássicos para o estudo do papel dos militares na política como os de Edmundo Campos Coelho, Alfred Stepan, René Dreifuss e outros mais recentes como os de João Roberto Martins Filho, Celso Castro e Piero de Camargo Leirner, como cada um desses autores aborda questões como a origem social e o processo de socialização profissional dos militares e a influência de tais fatores na tomada de decisões políticas.

Alfred Stepan, um dos expoentes entre os “brasilianistas” que tentaram compreender o processo político brasileiro que culminou na tomada do poder pelos militares em 1964, procurou averiguar, em seu trabalho *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*, qual padrão regula a relação entre militares e civis. Embora o autor leve em consideração a importância do estudo das características organizacionais e institucionais da

instituição castrense, ressalta que não se deve isolar as Forças Armadas do sistema político como um todo, pois há uma interação da corporação com o restante da sociedade que não deve ser eclipsada nas análises.

Uma das questões com as quais Stepan se ocupa é a da relação entre a origem social do quadro de oficiais, sua organização interna e seu comportamento político. Apesar de ter chegado à conclusão de que as características institucionais das Forças Armadas têm a sua relevância na análise da participação dos militares na política, o autor considera que a ideologia, a composição social e a estrutura de um exército não são aspectos determinantes do comportamento militar em momentos de crise política.²

Stepan considera que para a discussão do papel dos militares na política, deve-se partir de três enfoques analíticos: origens sócio-econômicas, análise empírica, e análise do contexto histórico.³ Assim, na falta de uma doutrina comum entre os oficiais, as diferenças individuais podem influenciar a tomada de decisões políticas. Tais influências podem ter a sua origem na personalidade de cada um, na sua origem regional e sócio-econômica, nos setores em que cada um prestou serviço militar, nos envolvimento políticos passados e nas experiências de carreira.⁴

Uma das críticas ao trabalho de Stepan é feita por Martins Filho. Baseado em um trabalho de João Quartim de Moraes, em que analisa as conseqüências da proposta metodológica do cientista político norte-americano para o estudo do regime militar brasileiro pós-1964, Martins Filho lembra que a construção de modelos que estabelecem um padrão da relação entre “civis” e “militares” não leva em consideração a concretude dos sujeitos e a determinação histórica dos processos de transformação política.⁵

Outro trabalho significativo para a compreensão da inserção dos militares na política é *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*, de Edmundo Campos Coelho.⁶ Negando trabalhos que não se atêm à especificidade militar da corporação e identificam as Forças Armadas com determinadas classes sociais, Coelho afirma que o Exército passa por uma evolução por meio da qual pode-se observar um

isolamento progressivo em relação à influência da sociedade civil e o crescimento dos interesses e das demandas próprias da organização.⁷

Ao tratar da formação da identidade do Exército brasileiro, Campos parte do pressuposto de que, para a definição dos valores e dos objetivos constitutivos da corporação, foi preciso conquistar um maior grau de autonomia em relação a outros grupos sociais. Além disso, para a formulação de seu próprio papel na sociedade foi necessária a presença de condições internas que favorecessem a existência de uma liderança do tipo institucional, tais como: agências específicas para a formação de líderes, isolamento relativo da liderança de modo a protegê-la das pressões que fluem dos liderados, agências de socialização e endoutrinamento e mecanismos de isolamento.⁸

Partindo de uma perspectiva que se contrapõe às teses que dão ênfase a uma suposta homogeneidade militar, João Roberto Martins Filho atenta para o fato de que algumas características próprias da corporação, tais como a heterogeneidade, a divisão e a fluidez são de grande influência nas ações políticas castrenses.⁹ O próprio autor nos lembra que essa idéia não é recente nas análises em relação às Forças Armadas. Estudiosos do assunto como Alain Rouquié já haviam notado a especificidade do comportamento político da instituição militar.

Dentre os traços particulares das Forças Armadas, que podem explicar a diversidade e a fluidez de tendências políticas internas temos alguns princípios como os de cooptação e de verticalidade que regem as promoções e as nomeações de militares. Em tais princípios encontra-se, também, o fundamento da criação de redes de lealdade e da formação de clientelas no interior da corporação.¹⁰

René Dreifuss, em seu trabalho “*1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*”, embora não tenha como um de seus objetivos o estudo das formas de socialização militar, reconhece a influência de relações pessoais e de laços familiares nas práticas políticas militares. Em um estudo sobre a relação entre militares e uma elite civil, o autor, ainda que acredite que “havia uma interação civil-militar mais sistemática do que a resultante do mero estabelecimento de contatos esporádicos ou de laços familiares”¹¹,

reconhece que tais laços são “muito significativos em uma estrutura de parentesco tão fechada como a das Forças Armadas brasileiras, em que tantos oficiais vêm de famílias com forte presença militar”.¹²

Ao tratar da presença do complexo IPES/IBAD nas Forças Armadas, Dreifuss observa o fato de que o esforço de grupos civis em estabelecer contato com militares, resultava, além da adesão desses militares a grupos favoráveis a um golpe contra João Goulart, em relações de amizade. O autor cita como exemplo a relação de amizade estabelecida entre Vicente Barreto Esmeraldo, sobrinho do general Aduino Esmeraldo – oficial ligado ao IPES – e o general Ernesto Geisel, revelando que o estabelecimento desses laços fez com que Vicente Esmeraldo ascendesse rapidamente em sua carreira na administração pública, tendo se tornado, após 1974, um burocrata de cúpula.¹³

Outra observação que fazemos a partir do texto de Dreifuss, é que ao listar nomes de civis e militares envolvidos na conspiração que teria resultado no golpe de março de 1964, são feitas referências quanto às relações de parentesco entre militares que de alguma forma também tiveram uma participação proeminente ou no golpe ou durante o regime militar propriamente dito. Entre outros exemplos encontramos a referência ao parentesco de João Baptista Figueiredo – integrante do IPES – com o líder do IPES João Baptista Leopoldo Figueiredo, seu tio; e com os então tenentes-coronéis Diogo e Euclides, seus irmãos. É citado também o parentesco do então tenente-coronel Boaventura Cavalcanti com o então coronel Costa Cavalcanti; e do general Agrícola Bethlem, com o então coronel Belford Bethlem e com o general Hugo Bethlem, sendo o primeiro seu primo e o segundo, seu irmão.¹⁴

Em estudos, como os feitos por Celso Castro e Piero de Camargo Leirner, que trazem a contribuição da antropologia para o estudo dos militares na política, percebe-se que seus olhares se direcionam para além das análises mais tradicionais em relação ao assunto. Assim, encontramos nos trabalhos desses dois autores novas possibilidades de abordagem e interpretação.

Celso Castro, em sua pesquisa de campo sobre a formação dos cadetes do Exército na Academia Militar das Agulhas Negras, ao tratar do processo de socialização, de construção da identidade militar por que passam esses futuros oficiais, afirma que o aprendizado de “como ser militar” se dá, principalmente, pela interação cotidiana com seus colegas e com oficiais.¹⁵

Tal processo de socialização objetivava a criação de uma elite dotada de homogeneidade e isenta de personalismos. Para isso, era necessário, portanto, que os cadetes ingressos na Escola Militar passassem por rituais que os afastassem de suas vidas pregressas. Vivendo na Escola Militar, em regime de internato; adquirindo um uniforme militar, um nome-de-guerra, um número; compartilhando refeições e alojamentos, a referência de cada um deixava de ser a família e passava a ser os outros alunos.¹⁶

Nesse sentido, a socialização desses alunos se torna um fator que não só reforça a importância dos pares, mas cria laços horizontais de camaradagem e lealdade.¹⁷ Pode-se presumir, em um primeiro momento, que a criação desses tipos de laços pessoais entre os cadetes era totalmente espontânea. Entretanto, em outro trabalho de Celso Castro podemos notar que durante o processo de “invenção do Exército brasileiro” esses valores eram intencionalmente estimulados pela instituição militar. Castro cita um artigo da revista *A Defesa Nacional*, publicado em agosto de 1935, em que há o estímulo a uma campanha de defesa de qualidades militares como o espírito de ordem, a subordinação, a camaradagem e o sacrifício, qualidades estas que estariam, naquele momento, sendo ameaçadas pela ação de subversivos.¹⁸

O trabalho de Piero Leirner, também nos leva a crer que os valores de lealdade e camaradagem são institucionalizados. Ao tratar da segmentação da corporação – resultante da hierarquia militar – Leirner cita um documento produzido pelo Estado-Maior do Exército, o Estatuto dos Militares, onde se encontra estabelecido que os “círculos hierárquicos são o âmbito de convivência entre os militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e de confiança, sem prejuízo do respeito mútuo”.¹⁹

Ao tratar da questão da diferença entre liderança e comando, vemos que enquanto o comando está ligado à noção de competência, de merecimento; a formação de líderes está ligada à questão da confiança. Sobretudo no interior de pequenas unidades de combate “os indivíduos subordinam o exercício de suas funções a uma lógica determinada pelas relações pessoais”.²⁰

Um dos depoimentos tomados por Leirner nos mostra a influência das relações pessoais no momento das promoções.²¹ Assim, ainda que o mérito seja um elemento de grande importância na corporação militar, vemos que o sistema, sendo dotado de instâncias locais de decisão – onde há uma proximidade maior entre comandante e comandados – permite que a decisão do mérito esteja permeada pelas relações pessoais.²² Vemos então, que tal dinâmica favorece a formação de círculos de amizade e de influência. O estabelecimento de tais círculos de amizade pode ocorrer já no momento em que um aluno conclui o curso em uma escola militar e escolhe a primeira instância local de serviço, onde serão formadas as primeiras e mais estreitas relações pessoais fora da escola. O autor nos lembra que basta ler algumas biografias de militares que chegaram ao generalato para perceber que há uma repetição de nomes com quem ou para quem cada um deles trabalhou ou assessorou.²³

Procuramos, nesse trabalho, fazer uma revisão das principais interpretações sobre as formas de inserção dos militares na política. Em algumas obras analisadas, podemos notar que foram priorizados aspectos externos à instituição castrense. Nesses casos, não foi possível observar um maior aprofundamento em relação à questão da importância da origem social e do processo de socialização militar. Apesar disso, há o reconhecimento por parte desses autores da existência e importância de tais fatores. Em outros trabalhos, como os de Celso Castro e Piero Leirner, encontramos elementos que puderam contribuir para a ideia de que características próprias da instituição castrense – mais especificamente a questão das relações de camaradagem, de amizade e de rivalidade – exercem alguma influência sobre a carreira dos militares e seus posicionamentos em relação à política. No entanto, constatamos que há ainda bastante espaço para o desenvolvimento de uma

pesquisa mais aprofundada sobre o papel dos laços pessoais, de lealdade e de camaradagem tanto em relação à tomada de decisões políticas como em relação à formação de grupos no interior das Forças Armadas.

Notas

¹ Este artigo é um desdobramento das pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP), ligado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenado pelo Prof. Renato Lemos.

² STEPAN, Alfred. *Os militares na política: a mudança de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. pp.44-45.

³ Idem.

⁴ Idem. p.167.

⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1996. p.29. Para a crítica de Quartim de Moraes ver MORAES, João Quartim de. “Alfred Stepan e o mito do poder moderador”, *Filosofia Política*, 2:163-199, inverno de 1985.

⁶ COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-universitária. 1976.

⁷ Idem. p. 27.

⁸ Idem. p.128.

⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit. p. 36.

¹⁰ Idem. p. 37. O autor lista tais características da corporação militar a partir de um estudo feito por Alain Rouquié do caso argentino. Para Martins Filho, os aspectos encontrados nos militares argentinos podem ser úteis para o estudo do caso brasileiro. Ver ROUQUIÉ, Alain. *Pouvoir militaire et société politique en République Argentine*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1978. 735 p. p.661.

¹¹ DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. p. 363.

¹² Idem.

¹³ Idem. p. 403. Nota 33.

¹⁴ Idem. p.364-365.

¹⁵ CASTRO, Celso. *O espírito militar: Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. p. 12.

¹⁶ Idem. p. 130. Ver também CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. p. 34.

¹⁷ CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. p. 59.

¹⁸ CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002. p. 27.

¹⁹ Estado-Maior do Exército. Estatuto dos militares, edição de 1980, impressão de 1994. Citado em LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 74.

²⁰ LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 79.

²¹ Depoimento de um capitão R/2 a Piero Leirner. “*Tem uma gíria que é o ‘peixe’, se você é o peixe de alguém. Você fala, ‘aquele capitão lá, será que ele vai conseguir ir para algum lugar?’; ‘Ah! Ele é peixe do general!’. Ou então o contrário, se diz que ele foi peixado pelo fulano* “. Idem. p. 80.

²² Idem. p.93.

²³ Idem. p. 94.